

Tabela 10 - Portarias e Instruções Normativas federais com reflexo na atividade pesqueira. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, datas dos respectivos atos, sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, classificadas em categorias, com descrição dos assuntos normatizados e abrangência territorial.

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Áreas de Preservação	Portaria IBAMA nº 05/1998.	20/01/98	Não consta datum	Institui normas que venham proteger a reprodução, descanso e as crias dos botos cinzas (Sotalia Fluviatilis), na Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim, em Santa Catarina.	APA; área de proteção ambiental	Estadual
	Portaria SUDEPE nº 03-N/1981.	12/02/81	Não consta datum	Proíbe a pesca até a distância de 100 m da linha de costa em torno da Ilha do Arvoredo, no período de 13 de fevereiro a 30 de maio de 1981, em Santa Catarina.	áreas interditas ou de reserva; proíbe a pesca; locais proibidos; áreas de exclusão	
	Portaria IBAMA nº 81/2004.	10/09/04	13/09/04	Aprova o Plano de Manejo da Reserva Biológica do Arvoredo, em Santa Catarina.	REBIO; reserva biológica; plano; manejo	
	Portaria IBAMA nº 84/2005.	30/11/05	01/12/05	Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, denominada "CAPÃO REDONDO", localizada no Município de Balneário Arroio do Silva, em Santa Catarina.	RPPN; reserva particular do patrimônio natural	
	Instrução Normativa IBAMA nº 102/2006.	19/06/06	20/06/06	Estabelecer restrições às atividades náuticas específicas em setores da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca durante os meses de junho a novembro, em Santa Catarina.	espécies preservadas; atividades proibidas; períodos proibidos	
	Portaria ICMBio nº 64/2014.	11/06/14	12/06/14	Modifica o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Anhatomirim, em Santa Catarina.	APA; área de proteção ambiental; conselho	Municipal

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Áreas de Preservação	Portaria IBAMA nº 70-N/1992.	25/06/92	26/06/92	Reconhece oficialmente, mediante registro como reserva particular do patrimônio natural, de interesse público, em caráter de perpetuidade, parte integrante do imóvel denominado fazenda palmital, localizada no município de Itapoá, em Santa Catarina.	reserva particular; reserva ecológica; restinga	Municipal
	Portaria IBAMA nº 59-N/1999.	09/07/99	12/07/99	Reconhecer mediante registro, como reserva particular do patrimônio natural, de interesse público, e em caráter de perpetuidade, a área de 3,82 ha, constituindo-se parte integrante do imóvel denominada aguada, reserva denominada Normando Tedesco, no município de Balneário Camboriú, em Santa Catarina.	reserva particular; mata atlântica	
	Portaria IBAMA nº 43-N/1999.	11/05/99	12/05/99	Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público, e em caráter de perpetuidade, a área de 44,16 ha (quarenta e quatro hectares e dezesseis ares) como Reserva denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural do Morro das Aranhas, situado no Município de Florianópolis, em Santa Catarina.	reserva particular; restinga; marítima	
	Portaria IBAMA nº 168/2001.	14/11/01	16/11/01	Reconhecer mediante registro como reserva particular do patrimônio natural de interesse público e em caráter de perpetuidade a área na forma descrita no referido processo constituindo-se parte integrante do imóvel caetezal, localizada no município de Joinville, em Santa Catarina.	reserva particular; reserva ecológica; mata atlântica	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Áreas de Preservação	Portaria IBAMA nº 62/2002.	18/04/02	19/04/02	Reconhecer, mediante registro, como reserva particular do patrimônio natural, de interesse público e em caráter de perpetuidade, a área descrita no processo, constituindo-se parte integrante do imóvel, reserva denominada, reserva Morro da Palha no município de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.	reserva particular; reserva ecológica; mata atlântica	Municipal
	Portaria IBAMA nº 119-N/2002.	09/09/02	11/09/02	Reconhecer, mediante registro, como reserva particular do patrimônio natural, de interesse público e em caráter de perpetuidade, a área de 45,90 ha(quarenta e cinco hectares e noventa ares), a Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro dos Zimbros, no município de Porto Belo, em Santa Catarina.	reserva particular; mata atlântica	
	Portaria IBAMA nº 43/2003.	15/09/03	19/09/03	Aprova o plano de manejo da Estação Ecológica de Carijós, em Santa Catarina.	ESECs; estação ecológica; plano de manejo	
	Portaria ICMBio nº 56/2012.	09/05/12	Não consta datum	Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Caetezal, no município de Joinville, em Santa Catarina.	reserva particular; plano; manejo	
	Instrução Normativa ICMBIO nº 09/2014.	05/12/14	Não consta datum	Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.	UC; unidade de conservação; conselhos gestores; diretrizes	Nacional

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Áreas de Preservação	Portaria IBAMA nº 58/2005.	22/08/05	23/08/05	Instituir a Comissão Permanente de Assessoramento à criação de Unidades de Conservação da Natureza em Territórios Marinhos, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento e harmonizar, no que couber, os processos de criação de unidades de conservação da natureza que envolvam áreas costeiras e marítimas.	UC; unidade de conservação; comissão; conservação; territórios marinhos	Nacional
	Portaria MMA nº 09/2007.	23/01/07	24/01/07	Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no § 2º, desta Portaria, denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal.	UC; unidade de conservação; uso sustentável	
	Instrução Normativa ICMBio nº 02/2014.	27/06/14	03/07/14	Altera a Instrução Normativa ICMBio nº 20/2011 que regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a UCs Federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36, da Lei nº 9.985/2000, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.	UC; unidade de conservação; compensação ambiental; termos de compromisso	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Áreas de Preservação	Portaria MMA nº 202/2014.	05/06/14	06/06/14	Institui o Grupo de Trabalho -GT para estabelecer critérios de ordenamento da pesca em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável.	GTT; UC; unidade de conservação; pesca	Nacional
Áreas de Reserva Sustentável	Portaria ICMBio nº 187/2013.	13/05/13	14/05/13	Estabelece normas para a utilização sustentável das populações naturais de Berbigão (Anomalocardia brasiliana) na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, em Santa Catarina.	Resex; reserva extrativista; pesca; espécie berbigão (Anomalocardia brasiliana)	Estadual
Arrendamento	Instrução Normativa SEAP-PR nº 04/2003.	08/10/03	09/10/03	Dispõe sobre os critérios de permissionamento de embarcações estrangeiras de pesca.	permissões de arrendamento; embarcações estrangeiras; empresas brasileiras; cooperativa brasileiras; acordo internacional	Internacional
	Portaria SUDEPE nº 90/1967.	07/04/67	Não consta datum	Proíbe a operação de pesca por barcos estrangeiros, exceto aos arrendados.	embarcações proibidas; arrendamento	Nacional
	Portaria MPA nº 12/2013.	21/01/13	Não consta datum	Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Arrendamento - CAAR.	CAAR; comissão; permissões de arrendamento; embarcações estrangeiras; empresas brasileiras	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Arrendamento	Instrução Normativa MAPA nº 03/1999.	09/02/99	12/02/99	Reforço externo para iniciativa brasileira de pesca comercial por arrendamento de embarcações estrangeiras, capital estrangeiros e acordos internacionais de pesca.	reforço à pesca; arrendamento; ingresso de capital estrangeiro	Nacional
	Portaria SEAP-PR nº 03/2004.	06/01/04	07/01/04	Tem a função de promover avaliação dos pedidos de Autorização para Arrendamento de Embarcação Estrangeira de Pesca, pela Comissão de Avaliação de Arrendamento - CAAR.	CAAR; comissão; autorizações de arrendamento; embarcações estrangeiras; empresas brasileiras	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 17/2007.	06/07/07	09/07/07	Normas de acesso à política de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca, bem como princípios e condições para a realização das operações de pesca a serem exercidas, independentemente da modalidade de arrendamento adotada.	normas de acesso; política; arrendamento; embarcações estrangeiras	
	Instrução Normativa MPA nº 10/2010.	12/07/10	13/07/10	Critérios para a concessão de permissão para o arrendamento de embarcação estrangeira de pesca por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras.	permissões de arrendamento; embarcações estrangeiras; empresas brasileiras	
	Portaria MPA nº 437/2010.	25/08/10	28/08/10	Cria a Comissão Permanente de Avaliação de Arrendamento - CAAR, com o objetivo de avaliar os pedidos de permissão para arrendamento de embarcação de pesca estrangeira quanto à adequação aos critérios estabelecidos em Edital Público, conforme Instrução Normativa MPA nº 10/2010.	CAAR; comissão; permissões de arrendamento; embarcações estrangeiras; empresas brasileiras	
Comercialização	Portaria MAPA nº 18/2008.	13/05/08	14/05/08	Procedimentos para importação de animais aquáticos para fins ornamentais e destinados à comercialização.	animais aquáticos vivos; ornamentais; importação	Internacional

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Comercialização	Portaria SUDEPE nº 734/1970.	16/12/70	Não consta datum	Fixa o Serviço Especial de Revenda de Material de Pesca - SERMA para atendimento das solicitações dos pescadores profissionais, armadores de pesca e indústrias de pescado necessários ao desenvolvimento das atividades pesqueiras.	material de pesca; revenda	Nacional
	Portaria MAPA nº 795/1979.	05/11/79	Não consta datum	Classificação de pescados e produtos visando atender à Política de Garantia de Preços Mínimos, destacando as seguintes espécies: Pescada olhuda, anchova, castanha, cavalinha, tainha, pescadinha, sardinha, corvina.	garantia de preço mínimo; comercialização; espécies permitidas	
	Instrução Normativa MAPA nº 45/2002.	01/07/02	02/07/02	Proibir, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2002, a comercialização no mercado interno e a exportação de agulhão branco (Tetrapturus albidus) e agulhão negro (Makaira nigricans).	comercialização; exportação; mercado interno; espécies proibidas	
Conservação	Portaria IBAMA nº 06/2005.	26/01/05	27/01/05	Institui a Base Avançada de Pesquisas do Centro Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas - TAMAR com a finalidade de coordenar as ações institucionais e a execução das atividades de pesquisas e monitoramento visando a conservação e manejo das tartarugas marinhas na região sul.	espécies preservadas; base avançada; conservação; manejo	Estadual
	Portaria IBAMA nº 139/2002.	16/10/02	17/10/02	Cria a Rede de Centros Especializados da Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA.	rede de centros; recursos pesqueiros; fauna	Nacional

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Conservação	Portaria IBAMA nº 59/2005.	23/08/05	25/08/05	Instituir a Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Sul - REMASUL, com atuação na Região Sul do Brasil, nos Estados do Paraná, SC e Rio Grande do Sul, com a finalidade de realizar, coordenar, promover e prover em âmbito regional, atividades e estudos oriundos de ocorrência, monitoramento, encalhe, resgate, reabilitação, reintrodução e soltura de mamíferos aquáticos.	espécies preservadas; conservação; rede de encalhe	Nacional
	Portaria MMA nº 86/2005.	06/04/05	07/04/05	Institui o GT com a finalidade de coordenar as ações do MMA e órgãos vinculados referentes à elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Influência da Rodovia BR-163, no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI criado pelo Decreto de 15 de março de 2004.	MMA; GTT; plano; desenvolvimento sustentável	
	Instrução Normativa IBAMA nº 143/2006.	28/12/06	02/01/07	Os efeitos da Instrução Normativa nº 119/2006, passam a vigorar a partir de 31 de janeiro de 2007, que institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) de acordo com as diretrizes e condições previstas nesta instrução normativa.	SISBIO; institui	
	Portaria IBAMA nº 79/2006.	18/10/06	20/10/06	Cria o Grupo de Assessoramento Técnico Científico para a CITES (GATEC) com finalidade de auxiliar a tomada de decisões pelas Autoridades Científicas e Administrativas para assuntos dessa Convenção.	CITES; GATEC; GTT; grupo	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Conservação	Portaria MMA nº 185/2011.	31/05/11	02/06/11	Institui a Comissão Técnica sobre Manguezais, no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas pelo MMA, com a finalidade de elaborar subsídios para um Programa Nacional para a Conservação dos Manguezais, estudar, propor e acompanhar a execução de ações, políticas, programas e projetos para o referido ecossistema e os demais ambientes associados.	manguezais; zonas úmidas; comissão técnica	Nacional
	Instrução Normativa ICMBio nº 23/2012.	30/03/12	02/04/12	Estabelece os procedimentos para a avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira no âmbito do ICMBio.	estado de conservação; avaliação; fauna	
	Portaria MMA nº 153/2014.	02/05/14	05/05/14	Institui o GT para propor escopo para um Sistema Ambiental de Uso da Biodiversidade Aquática.	biodiversidade aquática; GTT	
	Portaria MMA nº 186/2010.	20/05/10	21/05/10	Cria Comissão Técnica no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.	zonas úmidas; comissão técnica	
	Portaria MMA nº 423/2010.	12/11/10	16/11/10	Institui a Comissão Técnica sobre Recifes de Coral no MMA, no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, com a finalidade de elaborar subsídios para um Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral.	recifes de coral; zonas úmidas; comissão técnica	
	Portaria MMA nº 01/2015.	06/01/15	07/01/15	Institui o GT no MMA, com o objetivo específico de revisar e apresentar propostas de reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção.	peixes invertebrados; aquáticos; GTT	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Conservação	Portaria MMA nº 290/2004.	22/11/04	23/11/04	O GT do MMA, doravante denominado Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção e de Espécies Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação, vinculada à CONABIO, passa a reger-se pelas disposições desta Portaria.	CONABIO; GTT; câmara técnica; lista; espécies ameaçadas	Nacional
	Portaria MMA nº 445/2014.	17/12/14	18/12/14	Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" em observância aos arts. 6º e 7º da Portaria nº 43/2014.	espécies proibidas; lista; ameaçados de extinção	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 04/2011.	15/04/11	19/04/11	Medidas mitigadoras para diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações de pesca que utilizam espinhel pelágico autorizadas a operar em águas sob jurisdição brasileira, ao sul da latitude de 20º S.	espécies protegidas; aves marinhas; medidas mitigadoras; espécies preservadas	
	Portaria ICMBio nº 15/2012.	17/02/12	Não consta datum	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis.	espécies preservadas; albatrozes; petréis; espécies preservadas; conservação; plano	
	Portaria SUDEPE nº 05-N/1986.	31/01/86	06/02/86	Proíbe a captura de quaisquer espécies de tartarugas marinhas.	espécies preservadas; pesca proibida	
	Instrução Normativa MMA nº 37/2005.	06/10/05	07/10/05	Proibição da pesca do cherne-poveiro (Polyprion americanus), nas águas jurisdicionais brasileiras, por um período de 10 anos.	espécies protegidas; espécies proibidas; períodos proibidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Conservação	Portaria IBAMA nº 42/2007.	19/09/07	20/09/07	Prorroga, por um período de cinco anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a proibição da captura da espécie (Epinephelus itajara), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote, estabelecida na Portaria IBAMA nº 121/2002.	espécies preservadas; espécies proibidas; períodos proibidos	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 11-N/1986.	21/02/86	25/02/86	Proibir, nas águas sob jurisdição nacional, a perseguição, caça, pesca ou captura de pequenos Cetáceos, Pinípedes e Sirênios.	espécies preservadas	
	Portaria IBAMA nº 05/1997.	19/02/97	20/02/97	Obrigatório o uso de Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominados TED, incorporado às redes de arrasto utilizadas pelas embarcações permissionadas para a pesca de camarões, no litoral brasileiro.	espécies permitidas; petrechos permitidos; embarcações permitidas; Turtle Excluder Device - TED	
	Instrução Normativa MMA nº 31/2004.	13/12/04	14/12/04	Alterar as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED.	Turtle Excluder Device - TED	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 07/2014.	30/10/14	31/10/14	Estabelece medidas mitigatórias para a diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações pesqueiras que atuam na modalidade espinhel horizontal de superfície, ao sul de 20º S.	espécies protegidas; aves marinhas; medidas mitigadoras; espécies preservadas	
	Portaria MMA nº 43/2014.	31/01/14	05/02/14	Institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies.	programa; espécies ameaçadas; conservação	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Conservação	Portaria ICMBio nº 125/2014.	04/12/14	05/12/14	Institui o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção.	plano; conservação	Nacional
	Portaria MPA nº 01/2015.	08/01/15	09/01/15	Cria o GTT Peixes e Invertebrados Aquáticos no MPA, com a finalidade de revisar e apresentar propostas para subsidiar o GT do MMA, para reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção.	peixes invertebrados; aquáticos; GTT	
	Portaria MMA nº 231/2005.	24/08/05	25/08/05	Instituir o Comitê de Coordenação dos Programas do MMA, com a finalidade de coordenar os processos de gestão para o alcance dos objetivos setoriais.	MMA; programas; comitê	
	Portaria IBAMA nº 117/1996.	26/12/96	27/12/06	Regulamento que previne e proíbe o molestamento intencional de cetáceos encontrados em águas jurisdicionais brasileiras, de acordo com a Lei nº 7.643/1987.	espécies preservadas; pesca proibida	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 05/2011.	15/04/11	18/04/11	Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (<i>Alopias supeciliosus</i>) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras.	espécies protegidas; espécies proibidas	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Conservação	Portaria IBAMA nº 121/2002.	20/09/02	23/09/02	Veda o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de mero proveniente da pesca proibida e a captura nas águas jurisdicionais brasileiras, do mero (<i>Epinephelus itajara</i>), por um período de 05 (cinco) anos. Suspensa por um período de 05 (cinco) anos.	mero; espécies proibidas; períodos proibidos	Nacional
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 13/2012.	16/10/12	17/10/12	Proibir, por um período de 3 (três) anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura da espécie (<i>Epinephelus itajara</i>), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote. Vigência até 13/10/2015.	espécies protegidas; espécies proibidas	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 08/2014.	06/11/14	10/11/14	Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização do tubarão lombo-preto (<i>Carcharhinus falciformis</i>) em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional, nas pescarias de espinhel horizontal de superfície realizadas por embarcações brasileiras de pesca e por todas as embarcações estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras.	espécies protegidas; espécies proibida; petrechos proibidos	
	Instrução Normativa IBAMA nº 153/2007.	31/01/07	02/02/07	Fica prorrogado por mais 30 dias o prazo fixado no art. 1º da Instrução Normativa nº. 143, de 28 de dezembro de 2006, que prorroga o prazo para validação da Instrução Normativa IBAMA nº 119/2006 que institui o SISBIO.	SISBIO	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Conservação	Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007.	01/03/07	02/03/07	Institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO.	SISBIO	Nacional
Crédito	Portaria SUDEPE nº 32-N/1986.	14/10/86	Não consta datum	Dispõe sobre as normas para a apresentação de projetos por empresas de pesca que benefício fiscal previsto no Decreto Lei nº 221/1967.	incentivo fiscal; empresass	Nacional
	Instrução Normativa MPA nº 10/2012.	30/10/12	31/10/12	Estabelece objetivos, diretrizes e critérios para acesso ao Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal - REVITALIZA .	REVITALIZA	
	Portaria MPA nº 373/2012.	27/12/12	28/12/12	Aprovar o Manual de Orientações do REVITALIZA, conforme Instrução Normativa MPA nº 10/2012.	REVITALIZA; manual	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 14/2005.	17/08/05	19/08/05	Estabelece critérios e procedimentos para concessão do Termo de Habilitação e Permissão Prévia de Pesca para construção, aquisição e modernização de embarcações pesqueiras no âmbito do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA.	PROFROTA; ampliação da frota; financiamento	
	Portaria SEAP-PR nº 246/2005.	18/08/05	19/08/05	Fica aprovado o Manual Técnico e Ambiental, contendo o detalhamento das especificações técnicas e ambientais para avaliação das propostas no âmbito do PROFROTA Pesqueira da SEAP-PR.	PROFROTA; ampliação da frota; financiamento; manual	
	Portaria SEAP-PR/MF nº 02/2005.	15/07/05	18/07/05	Estabelecer as condições operacionais da equalização das operações de financiamento realizadas no âmbito do PROFROTA Pesqueira.	PROFROTA; ampliação da frota; financiamento	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Crédito	Instrução Normativa MPA nº 07/2010.	19/05/10	20/05/10	Estabelecer objetivos, diretrizes e critérios para acesso ao REVITALIZA.	REVITALIZA; manual	Nacional
	Portaria MDA nº 12/2010.	28/05/10	25/06/10	Tornar públicos os modelos de Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAP, que identificam os estabelecimentos agropecuários dos agricultores familiares e de suas formas associativas, na condição de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.	DAP; PRONAF; condições; modelos	
	Portaria MDA nº 17/2010.	07/01/10	08/01/10	Estabelece a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, como instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil.	DAP; PRONAF; manual	
	Portaria MPA-SE nº 05/2010.	13/04/10	14/04/10	Cria o Grupo de Trabalho do MPA, denominado GT REVITALIZA, com objetivo de aprimorar os critérios e procedimentos necessários a adequada implantação do REVITALIZA.	REVITALIZA; GTT;	
	Portaria MPA-SE nº 07/2010.	01/06/10	02/06/10	Manual de Orientações do REVITALIZA.	REVITALIZA; manual	
	Portaria MDA nº 102/2012.	06/12/12	07/12/12	Estabelece condições e procedimentos para emissão de DAP do PRONAF.	DAP; PRONAF; condições; emissão	
	Portaria MPA nº 177/2013.	15/05/13	Não consta datum	Cria a Comissão de Avaliação do PROFROTA Pesqueira.	PROFROTA; comissão	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Fiscalização	Portaria SUDEPE nº 345/1975.	01/08/75	Não consta datum	Define critérios e procedimentos para a fiscalização da pesca.	fiscalização; pesca	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 24-N/1988.	22/09/88	26/09/88	Fiscalização dos produtos animais/vegetais oriundos da pesca na captura, desembarque, beneficiamento, armazenamento, transporte, industrialização e na comercialização em qualquer estágio.	fiscalização; produtos; animais; vegetais; pesca	
	Portaria IBAMA nº 44-N/1994.	12/04/94	13/04/94	Destinação adequada aos aparelhos, aos petrechos, aos instrumentos, aos equipamentos e aos produtos de pescaria apreendidos pela fiscalização do IBAMA.	apreensão; equipamentos; produtos; pesca; destino; doação	
	Portaria IBAMA nº 53-N/1998.	22/04/98	Não consta datum	Regulamento Interno da Fiscalização do IBAMA.	fiscalização; procedimento interno	
	Instrução Normativa IBAMA nº 57/2004.	13/12/04	14/12/04	Alienação de produtos e subprodutos perecíveis e não perecíveis da fauna, da flora e os recursos pesqueiros, apreendidos pelo IBAMA.	apreensão; produtos; pesca; destino; alienação	
	Portaria SEAP-PR-SUDAP nº 10/2008.	26/03/08	27/03/08	Converte as sanções estabelecidas pela Portaria SEAP-PR nº 07/2008, da Subsecretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca da SEAP-PR.	fiscalização; sanções	
Gestão	Portaria MPA nº 305/2012.	30/08/12	31/08/12	Cria o Grupo Técnico de Trabalho - GTT com a finalidade de avaliar e, se necessário, propor medidas para a revisão da classificação e da padronização da nomenclatura de mercadorias da pesca e aquicultura no mercado nacional e internacional.	GTT; nomenclaturas; mercadorias da pesca; mercadorias da aquicultura; mercado nacional; mercado internacional	Internacional

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Portaria MAPA nº 796/1979.	05/11/79	Não consta datum	Cria grupo de trabalho, para classificar em caráter definitivo, os pescados e produtos, destacando: sardinha, pescadinha, anchova, corvina, rosado, cavalinha, castanha, tainha e pescada olhada.	GTT; classificar pescados	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 246-P/1985.	07/11/85	Não consta datum	Constitui o GT - Estrutura Organizacional da SUDEPE e GT - Política e Planejamento Pesqueiro.	GTT; SUDEPE; estrutura; política	
	Portaria SUDEPE nº 36-G/1985.	11/06/85	Não consta datum	Cria o GT para elaboração das diretrizes básicas do V Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca.	GTT; plano; desenvolvimento; pesca	
	Portaria IBAMA nº 378/2008.	20/05/08	23/05/08	Cria o GTT no IBAMA, com objetivo discutir e elaborar proposta de um novo modelo de gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros marinhos demersais de plataforma, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.	GTT; demersais	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 02/2010.	14/09/10	15/09/10	Institui o Grupo Técnico de Trabalho - GTT Emalhe, para a gestão da pesca de emalhar nas águas jurisdicionais brasileiras.	GTT; emalhe	
	Portaria MPA nº 338/2012.	10/10/12	11/10/12	Designar os seguintes membros, titulares e suplentes, para compor o GTT Tainha.	GTT; tainha	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 02/2013.	18/03/13	19/03/13	Criar o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos Demersais Sudeste e Sul - CPG Demersais Sudeste e Sul.	CPG; demersais; comitê	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 04/2013.	08/08/13	Não consta datum	Altera o prazo definido no art. 6º, da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01/2012, que instituiu o Grupo Técnico de Trabalho-GTT-Tainha.	GTT; tainha	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Portaria MPA nº 102/2013.	22/03/13	Não consta datum	Designa membros para compor a Secretaria Executiva do Grupo Técnico de Trabalho - GTT Tainha.	GTT; tainha	Nacional
	Portaria MPA nº 21/2013.	29/01/13	Não consta datum	Prorroga prazo para apresentação do relatório conclusivo do GT-FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PESCADOR - CONAPE.	CONAPE; GTT; trabalho; capacitação; pescador profissional	
	Portaria MPA nº 229/2014.	09/07/14	11/07/14	Institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do MPA, com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos profissionais que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.	GT; desenvolvimento socioeconômico; cultural; atividade pesqueira; comunidades	
	Portaria IBAMA nº 04/2005.	14/01/05	17/01/05	Cria o Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Sardinha Verdadeira - CGSS, a ser constituído de forma paritária, entre o Governo Federal e grupos de interesse na pesca, com o objetivo de assessorar o IBAMA na tomada de decisão sobre a gestão do uso sustentável de sardinha verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) e fauna associada, nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil.	sardinha verdadeira; comitê	
	Portaria IBAMA nº 83/2006.	06/11/06	11/11/06	Cria o GT de Capturas Incidentais na atividade pesqueira.	capturas incidentais; GTT	
	Portaria IBAMA nº 247/2007.	23/02/07	28/02/07	Cria o Grupo Técnico de Trabalho - GTT, com o objetivo de discutir e elaborar propostas para a aplicação e operacionalização da Instrução Normativa nº 135/2006.	GTT	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Portaria IBAMA nº 41/2007.	20/07/07	23/07/07	Convalidar os termos da Portaria nº 247/2007 que criou o GTT para discutir e elaborar propostas referentes a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros nas águas jurisdicionais brasileiras.	GTT; uso sustentável; recursos pesqueiros	Nacional
	Portaria MPA nº 334/2010.	29/06/10	30/06/10	Normas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, elaboradas com base nos melhores dados científicos e existentes, devem ser editados por meio de ato conjunto do MPA e MMA.	CTGP; uso sustentável; recursos pesqueiros	
	Portaria Interministerial MPA/MMA/MTE/MPS/CGU nº 03/2011.	06/10/11	07/10/11	Instituir Grupo Técnico de Trabalho Interministerial - GTI, para propor normas e procedimentos referentes à inscrição de pescadores profissionais artesanais no RGP, e à concessão do seguro desemprego ao pescador profissional artesanal, incluindo procedimentos para a fiscalização dessa concessão e o recadastramento desses pescadores.	GTI; registro; pescadores artesanais	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 05/2012.	11/12/12	13/12/12	Criar o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Camarões - CPG Camarões.	CPG; camarões; comitê	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01/2013.	27/02/13	01/03/13	Cria o Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos - CPG Pelágicos Sudeste e Sul.	CPG; pelágicos; comitê	
	Portaria IBAMA nº 01/2014.	08/01/14	13/03/14	Revogar a Portaria IBAMA nº 67/2006; a Portaria IBAMA nº 100/2006, e a Portaria IBAMA nº 03/2009.	comitê; uso sustentável; recursos pesqueiros	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Portaria MPA nº182/2014.	04/06/14	05/06/14	Tornar público o resultado das Assembleias realizadas para a eleição das entidades representantes da sociedade civil organizada, para compor o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE, para o biênio 2014/2016.	CONAPE; movimentos sociais; entidades	Nacional
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 01/2004.	22/03/04	Não consta datum	Cria o Grupo Técnico de Trabalho - GTT para o Cooperativismo Pesqueiro - CAP.	GTT; cooperativismo	
	Portaria SEAP-PR nº 266/2004.	28/09/04	29/09/04	Regimento Interno do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca -CONAPE, da SEAP/PR-PR.	CONAPE; regimento interno	
	Instrução Normativa Interministerial SEAP-PR/MMA nº 38/2005.	17/09/05	18/10/05	Prazo de sessenta dias para instituir Grupo Técnico de Trabalho - GTT Isca Viva, com a finalidade de discutir, elaborar e propor medidas de ordenamento para a pesca de isca viva, utilizada na captura de atuns e afins no litoral sudeste/sul, bem como para o desenvolvimento de pesquisas visando o uso de iscas alternativas.	GTT; isca viva	
	Portaria SEAP-PR nº 148/2006.	12/04/06	13/04/06	Altera a redação do §1º, do artigo 5º, da Portaria nº 266/2004, que designará uma comissão eleitoral composta por cinco entidades da sociedade civil, sendo dois representantes das entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores; dois representantes da área empresarial e um representante da área acadêmica e de pesquisa, para organizar e realizar o processo eleitoral no CONAPE.	CONAPE; entidades	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 14/2008.	03/04/08	04/04/08	Altera a composição do Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Atuns e Afins da SEAP-PR - CPG Atuns e Afins.	CPG; atuns e afins; comitê	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Instrução Normativa SEAP-PR nº 16/2008.	08/04/08	09/04/08	Cria o Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Recursos Demersais - CPG/Demersais, como órgão consultivo e de assessoramento técnico da SEAP-PR.	CPG; demersais; comitê	Nacional
	Portaria SEAP-PR nº 149/2008.	25/06/08	27/06/08	Institui o Comitê de Coordenação dos Programas da SEAP-PR com a finalidade de coordenar os processos de gestão para o alcance dos objetivos setoriais.	SEAP/PR; programas; comitê	
	Portaria SEAP-PR nº 224/2008.	16/09/08	17/09/08	Diretrizes para a regulamentação do Comitê Executivo de Apoio a Gestão Territorial e Desenvolvimento Sustentável da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.	SEAP/PR; GTT; comitê; gestão territorial	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 02/2009.	13/11/09	16/11/09	Regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros de que trata o Decreto nº 6.981/2009.	sistema; gestão compartilhada	
	Portaria MEC nº 165/2010.	21/05/10	26/05/10	Institui o Comitê Gestor e o Grupo Técnico com o objetivo de desenvolver ações interministeriais para a implementação do art. 14 da Lei nº 11.947/2009.	sistema; gestão compartilhada; comitê	
	Portaria MI nº 78/2010.	23/02/10	25/02/10	Republica os Anexos I e II da Portaria Ministerial do MI nº 1.968/2008, tendo em vista as alterações, no exercício de 2009, das unidades administrativas responsáveis pelas ações deste ministério.	MI; programas; comitê	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Portaria MPA nº 211/2010.	04/05/10	05/05/10	Cria a Comissão Técnica de Ordenamento da Pesca Amadora - CTOPA do MPA, de caráter permanente, com objetivo da SEPOP para propor ações que possibilitem ordenar a pesca amadora no Brasil.	MPA; comissão; pesca amadora	Nacional
	Portaria MPA nº 507/2010.	08/10/10	09/11/10	Designa os membros, titulares e suplentes, do Grupo Técnico de Trabalho - GTT Emalhe, criado pela Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02/2010.	GTT; emalhe	
	Portaria MPA nº 525/2010.	03/12/10	07/12/10	Criar no âmbito do CONAPE o Grupo Técnico da Pesca Amadora - GT/Pesca Amadora, com o objetivo de subsidiar as políticas públicas voltadas à pesca amadora, considerando a legislação brasileira e estudos de caso em outros países de referência no assunto.	CONAPE; GTT; pesca amadora	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01/2011.	15/04/11	18/04/11	Cria o Comitê Permanente de Gestão de Atuns e Afins do MPA - CPG de Atuns e Afins.	CPG; atuns e afins; comitê	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 01/2012.	28/06/12	29/06/12	Institui o Grupo Técnico de Trabalho-GTT Tainha para elaborar proposta de Plano de Gestão do uso sustentável do recurso tainha na região sudeste e sul.	GTT; tainha; plano	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 04/2012.	11/12/12	12/12/12	Regimento Interno da Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTGP.	CTGP; MPA; comissão	
	Portaria MPA nº 205/2012.	03/07/12	04/07/12	Cria Grupo Técnico de Trabalho - GTT Legislação, de caráter permanente, com a finalidade de revisar e apresentar propostas de atualização da legislação que regulamenta a pesca e a aquicultura.	MPA; GTT; legislação	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Portaria MPA nº 297/2012.	09/11/12	19/11/12	Institui o Comitê Permanente de Acompanhamento de Gestão do Ministério da Pesca e Aquicultura - CAP, finalidade de apoiar a Secretaria-Executiva na elaboração de relatórios de gestão, Mensagem Presidencial e demandas específicas, solicitados pela Presidência da República, Casa Civil, CGU, MPOG e TCU.	MPA; GTT; comissão; programas	Nacional
	Portaria MPA nº 361/2014.	11/09/14	12/09/14	Institui o Comitê de Gênero no âmbito do MPA.	MPA; comitê; gênero; igualdade	
	Portaria MPA nº 398/2014.	29/10/14	30/10/14	Institui Comitê de Igualdade de Oportunidade de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação, de caráter consultivo, no âmbito do MPA, com a finalidade de: estudar e propor ações que visem à igualdade de oportunidade de gênero, de raça e etnia, de pessoas com deficiência e de combate a discriminação.	MPA; comitê; gênero; igualdade	
Infraestrutura	Instrução Normativa SEAP-PR nº 13/2005.	17/08/05	19/08/05	Estabelecer normas e procedimentos complementares para a organização, funcionamento e exploração dos Terminais Pesqueiros Públicos.	terminais pesqueiros públicos; organização; funcionamento; exploração	Nacional
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 08/2006.	22/02/06	23/02/06	Revogar os artigos 64 e 65, do Capítulo IX, da Instrução Normativa SEAP-PR de nº 13/2005, que estabelece normas e procedimentos complementares para a organização, funcionamento e exploração dos Terminais Pesqueiros Públicos.	terminais pesqueiros públicos; organização; funcionamento; exploração	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Monitoramento e Controle	Portaria SUDEPE nº 232/1968.	17/05/68	Não consta datum	Determina obrigatoriedade do setor produtivo em declarar produção desembarcada e mapas de bordo (esforço de pesca) e demais quesitos do RGP.	mapas de bordo; obrigatoriedade	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 483/1972.	10/11/72	Não consta datum	Institui os mapas de bordo à serem preenchidos pelos comandantes/mestres, e os quadros I a V à serem preenchidos pelas empresas.	mapas de bordo; preenchimento; entrega	
	Instrução Normativa SUDEPE nº 02/1979.	28/06/79	Não consta datum	Define os modelos dos Mapas de Bordo e Mapas de Desembarque, para as frotas de: cerco; arrasto de piramutaba; arrasto de camarão rosa e peixes; linha em abrolhos; linha pargo; covo para lagosta.	mapas de bordo; modelos; espécies permitidas	
	Instrução Normativa IBAMA nº 01/1996.	17/10/96	18/10/96	Procedimentos para operacionalização e coordenação do "Sistema Mapa(s) de Bordo".	mapas de bordo; operacionalização; coordenação	
	Instrução Normativa Interministerial SEAP-PR/MMA nº 26/2005.	19/07/05	21/07/05	Crítérios para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações nacionais ou estrangeiras arrendadas, devidamente permissionadas, que operam em águas sob jurisdição brasileira, em alto mar ou em águas incluídas em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.	mapas de bordo; critérios; entrega; embarcações permissionadas; nacionais; estrangeiras	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 05/2010.	13/04/10	14/04/10	Dispensa Mapas de Bordo para a frota de camarão sete barbas (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>), que atua nas regiões sudeste e sul do País, com comprimento total igual ou menor que 10 (dez) metros.	mapas de bordo; dispensa	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 22/2006.	23/10/06	24/10/06	Diretrizes complementares ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS.	PREPS; controle; pesca; embarcações	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Monitoramento e Controle	Instrução Normativa SEAP-PR nº 10/2007.	03/05/07	05/05/07	Altera o prazo para adesão ao PREPS das frotas especificadas no Anexo.	PREPS; controle; pesca; embarcações; adesão; prazo	Nacional
	Instrução Normativa MPA nº 05/2013.	18/06/13	19/06/13	Obrigatoriedade da entrega sistematizada de informações de produção mensal de todas as espécies capturadas por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da ICCAT.	informação mensal; produção; estatística; ICCAT	
	Portaria SUDEPE nº 13-N/1978.	08/08/78	Não consta datum	Determina as indústrias pesqueiras a obrigação de prestarem informação mensal sobre as atividades realizadas no domínio da pesca, em formulários específicos à serem fornecidos pelas Coordenadorias Regionais da SUDEPE.	informação mensal; produção; estatística	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 07/2004.	28/06/04	29/06/04	Obrigatoriedade da entrega sistemática de informações de produção mensal, a todas as empresas e armadores de pesca brasileiros que operam com embarcações pesqueiras permissionadas para a captura de atuns e afins em águas jurisdicionais brasileiras e alto mar para as espécies elencadas nesta norma.	informação mensal; produção; estatística	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Monitoramento e Controle	Instrução Normativa SEAP-PR nº 02/2008.	28/01/08	29/01/08	Institui os Formulários e Certificados de Controle Estatístico para acompanhar as exportações e reexportações das espécies albacora bandolim (<i>Thunnus obesus</i>) e espadarte (<i>Xiphias gladius</i>), capturadas por embarcações pesqueiras nacionais ou estrangeiras arrendadas, nas águas jurisdicionais brasileiras e nas águas internacionais sob jurisdição da ICCAT.	informação mensal; produção; estatística; ICCAT	Nacional
Óleo Diesel	Portaria SEAP-PR nº 278/2005.	22/09/05	23/09/05	Incluir na relação publicada pela Portaria nº 346/2004, a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras que se habilitaram à subvenção econômica ao preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras (Lei nº 9.445/1997, regulamentada pelo Decreto nº 4.969/2004, e pelo Decreto nº 5.320/2004), no anexo relativo ao Estado de SC para o direito ao subsídio nos limites de quantidade e valor para cada embarcação, fixados na forma da planilha em anexo.	subvenção econômica; cota anual; óleo diesel	Estadual
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 18/2006.	25/08/06	28/08/06	Altera o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel adquirido para o Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais.	programa; subvenção econômica; óleo diesel	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Óleo Diesel	Portaria SEAP-PR nº 16/2008.	22/01/08	23/01/08	Inclui a Pesqueira Pioneira da Costa S.A., para distribuição de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras que se habilitaram à subvenção econômica ao preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras, pelo Estado de SC (Lei nº. 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº. 4.969, de 30 de janeiro de 2004, e pela Instrução Normativa nº. 18, de 25 de agosto de 2006).	distribuidor do combustível; óleo diesel	Estadual
	Portaria MPA nº 18/2014.	28/01/14	29/01/14	Habilitar as empresas para fornecimento de óleo diesel às embarcações pesqueiras (período da data desta publicação a 31 de dezembro de 2014).	fornecedores do combustível; óleo diesel	Nacional
	Instrução Normativa MPA nº 07/2012.	08/08/12	10/08/12	Revogar o item 3.6.1 do Anexo I da IN nº 10/2011 que determina que as embarcações pesqueiras artesanais, com até 20 AB, ficam obrigadas a apresentar a competente Requisição de Óleo Diesel Eletrônica (RODEs.), conjugada com as respectivas notas fiscais da compra do óleo diesel, com o atesto do beneficiário no verso de todas as vias, além da e planilha de cálculo emitida pela PETROBRAS, quando da protocolização do pedido de ressarcimento.	embarcações artesanais; programa; subvenção econômica; óleo diesel	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Óleo Diesel	Portaria SEAP-PR nº 01/2004.	02/01/04	05/01/04	Institui GT da SEAP-PR, para apresentar proposta de revisão do Decreto nº 2.302/1997, com vistas a possibilitar o acesso efetivo dos pescadores artesanais aos benefícios decorrentes da subvenção econômica ao preço do óleo diesel por embarcações pesqueiras nacionais.	GTT; subvenção econômica; cota anual; óleo diesel	Nacional
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 05/2007.	14/03/07	16/03/07	Prorroga prazo para que os fornecedores do combustível de óleo diesel marítimo e aos proprietários de embarcações pesqueiras realizem os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa SEAP/PR nº 18/2006, sob pena de inabilitação automática do programa de subsídio do óleo diesel.	fornecedores do combustível; óleo diesel	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 01/2008.	14/01/08	15/01/08	Altera a Instrução Normativa SEAP/PR nº 18/2006, que trata dos procedimentos administrativos para a operacionalização do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel.	programa; subvenção econômica; óleo diesel	
	Instrução Normativa MPA nº 11/2014.	05/05/14	06/06/14	Suspende a instalação dos dispositivos eletrônicos nas embarcações maiores de 20 AB, do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel consumidos por Embarcações Pesqueiras Nacionais.	Embarcações industriais; dispositivos eletrônicos; programa; subvenção econômica; óleo diesel	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria SUDEPE nº 09-N/1988.	18/05/88	Não consta datum	Regulamenta o uso de rede de caceio, nas baías Norte e Sul da Ilha de SC e de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, permitindo malhas de 50 mm, com exceção, da área Sul da Baía Sul, entre a Ponta de Baixo (Município de São José) e a Ponta das Laranjeiras (Município de Florianópolis), onde limita-se o uso de malha 70 mm.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos	Estadual
	Portaria SUDEPE nº 11-N/1988.	18/05/88	Não consta datum	Disciplina o exercício da pesca profissional na Lagoa da Conceição, em Santa Catarina, firmada pelas Lagoas de Cima, Lagoa do Meio e Lagoa de Baixo e do respectivo canal.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos; locais proibidos; áreas de exclusão	
	Portaria SUDEPE nº 11/1979.	15/05/79	Não consta datum	Proíbe a pesca no braço morto do Rio Mampituba, limite de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.	áreas de exclusão; pesca proibida; locais proibidos	
	Portaria SUDEPE nº 27-N/1981.	21/10/81	Não consta datum	Proíbe o uso de qualquer rede, exceto tarrafa, nas Lagoas de Cima, do Melo, de Baixo, do Saco, e de Ibiraquera e respectivos canais de ligação, no município de Imbituba em Santa Catarina. Regulamenta o tamanho de malha da tarrafa para peixes e camarão.	áreas interditadas ou de reserva; proibição de petrechos; locais proibidos	
	Portaria SUDEPE nº 51-N/1983.	26/10/83	28/10/83	Proíbe, em Santa Catarina, a pesca de arrasto, sob qualquer denominação, nas seguintes áreas: baías e lagoas costeiras, canais e desembocaduras de rios (estuários).	áreas interditadas ou de reserva; pesca proibida; locais proibidos	
	Portaria IBAMA nº 107-N/1992.	29/09/92	07/10/92	Proibir a pesca de arrasto pelos sistemas de portas e de parelhas por embarcações maiores que 10 TAB (dez toneladas de arqueação bruta) nas áreas costeiras em Santa Catarina.	áreas interditadas ou de reservas; petrechos proibidos; locais proibidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria IBAMA nº 112-N/1992.	19/10/92	20/10/92	Proibir o exercício da pesca com o emprego de arrastão de praia de malhas inferiores a 70mm (setenta milímetros), nas águas costeiras em Santa Catarina.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos; locais proibidos	Estadual
	Portaria IBAMA nº 162_N/1998.	09/12/98	09/12/98	Fixa, para Santa Catarina, os tamanhos mínimos de captura para a pesca das espécies de robalos peva ou robalinho (<i>Centropomus parallelus</i>), e flecha, bicudo ou robalão (<i>C. undecimalis</i>).	espécies permitidas; tamanhos mínimos	
	Portaria IBAMA nº 32/1998.	30/03/98	01/04/98	Permite a pesca de camarão-rosa (<i>Penaeus paulensis</i> e <i>P. brasiliensis</i>) no período de 1º de outubro a 30 de abril, com emprego de rede de saco com atração luminosa (aviãozinho e coca com liquinho, nas lagoas Santo Antônio, Imaruí e Mirim, em Santa Catarina, aos pescadores profissionais devidamente habilitados com permissão do ponto de pesca.	espécies permitidas; períodos permitidos; petrechos permitidos; locais permitidos	
	Portaria IBAMA nº 27/1999.	10/03/99	11/03/99	Proíbe, na Lagoa do Camacho, em Santa Catarina, a pesca de camarão-rosa (<i>Penaeus paulensis</i> e <i>P. brasiliensis</i>) com aparelho denominado "aviãozinho" e "gerival".	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; petrechos proibidos; locais proibidos; áreas de exclusão	
	Portaria IBAMA nº 35-N/1999.	15/04/99	16/04/99	Proíbe a pesca até a distância de 1.000m (mil metros) a montante da desembocadura dos túneis e até 1.500m (mil e quinhentos metros) a jusante da desembocadura dos túneis (no local conhecido por Saltinho, Barra do Rio Ariranhazinha) e em volta de todo o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Rio Uruguai, em Santa Catarina.	pesca proibida; locais proibidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria IBAMA nº 54-N/1999.	09/06/99	10/06/99	Proíbe, no litoral de Santa Catarina, a utilização de redes de emalhar fixas, com fixação através de âncoras, sacos de pedras e poitas.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos; petrechos permitidos; locais permitidos	Estadual
	Portaria IBAMA nº 44/2001.	20/03/01	Não consta datum	Proíbe a pesca com tarrafas a partir da foz do rio Araranguá, no Município de Araranguá, em Santa Catarina.	áreas de exclusão; locais proibidos; petrechos proibidos como tarrafas	
	Instrução Normativa MMA nº 20/2005.	24/06/05	27/06/05	Regulamenta a pesca na boca da barra do rio Itapocu, área estuarina entre os municípios de Araquari e Barra Velha, em Santa Catarina, ordenando a pesca de robalo com emalhe (períodos, caracterísitca, malha, locais), estabelecendo áreas de exclusão total bem como para redes de emalhar fixas ou derivantes, no período de safra da tainha além de ordenar o uso das tarrafas.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos; locais proibidos; áreas de exclusão	
	Instrução Normativa MMA nº 21/2005.	04/07/05	11/07/05	Dispõe sobre regras para atividade de pesca amadora praticada no litoral de Santa Catarina.	pesca amadora	
	Instrução Normativa MMA nº 41/2005.	18/10/05	19/10/05	Altera o art. 4º, da Instrução Normativa MMA nº 21/2005, que estabelece área de exclusão a pesca subáquatica e amadora, em Santa Catarina.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos; locais proibidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa IBAMA nº 13/2000.	28/02/00	29/02/00	Permitir, em caráter experimental, por um período de dois anos, exclusivamente aos pescadores profissionais devidamente registrados no IBAMA, a pesca de camarão-rosa (<i>Penaeus paulensis</i> e <i>P. brasiliensis</i>) e camarão-branco (<i>Penaeus schmitti</i>) no interior da Baía da Babitonga, na região que abrange os municípios de São Francisco do Sul, Joinville, Araquari, Garuva e Itapoá, em Santa Catarina, as Redes de Caceio e Redes de Gerival.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos	Estadual
	Portaria MPA-SEMOC nº 17/2012.	06/06/12	11/06/12	Permitir, no litoral sul de Santa Catarina, entre os municípios de Laguna e Passos de Torres, a utilização de âncoras mochas para fixação de redes de emalhar fixas (redes de calão), além das formas de fixação já permitidas na legislação.	petrechos permitidos; locais permitidos	
	Portaria SUDEPE nº 346/1969.	18/09/69	25/09/69	Normas para pesca na Lagoa do Peri em Florianópolis, em Santa Catarina.	petrechos permitidos; locais permitidos	Municipal
	Portaria SUDEPE nº 08-N/1982.	11/03/82	19/03/82	Proíbe a pesca com qualquer equipamento, da Ponte "Colombo Machado Salles" em Florianópolis, em Santa Catarina.	áreas interditadas ou de reserva; pesca proibida; locais proibidos; áreas de exclusão	
Ordenamento	Portaria IBAMA nº 115-N/1993.	26/10/93	27/10/93	Proibir o exercício da pesca com o emprego de redes de quaisquer tipos, na Lagoa de Ibiraquera, regionalmente denominadas de Cima, do Meio, de Baixo e do Saco, situadas no município de Imbituba, em Santa Catarina.	áreas interditadas ou de reserva; proíbe a pesca; locais proibidos; áreas de exclusão	Municipal

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa IBAMA nº 23/2004.	30/03/04	31/03/04	A alínea "a", do inciso I, do art. 2º, da Portaria do IBAMA nº 84/2002, que trata da pesca com rede gerival na Baía da Babitonga, em Santa Catarina.	áreas interditadas ou de reserva; espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos	Municipal
	Portaria SUDEPE nº 12-N/1982.	07/04/82	Não consta datum	Proíbe o uso de bomba de sucção em águas interiores no RS, SC, PR e SP, para fins de abastecimento e irrigação, que não disponham de tela protetora e conceitua águas interiores.	bomba de sucção em águas interiores	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 298/1972.	08/08/72	Não consta datum	Regulamenta o uso de redes de caceio, espera ou corrico, além das redes de arrasto, para a pesca da manjuba (<i>Anchoiella hubbsi</i>).	espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria SUDEPE nº 460/1972.	08/11/72	Não consta datum	Regulamenta a pesca amadora (petrechos, locais e períodos de pesca).	pesca amadora	
	Portaria SUDEPE nº 546/1972.	22/12/72	28/12/72	Revigora a Portaria nº 681/1967 que proíbe artes-de-pesca fixas ou flutuantes nas zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras (pesca por grupos e espécies e disposição sobre aparelhos de pesca).	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; espécies preservadas; locais proibidos	
	Portaria SUDEPE nº 12/1976.	20/08/76	Não consta datum	Permite, durante 60 dias a pesca de sardinha com até 50% dos indivíduos com comprimento inferior à 17 cm e, define defeso de desova entre 01 de dezembro e 31 de janeiro.	espécies permitidas; experimental	
	Portaria SUDEPE nº 04/1980.	04/03/80	12/03/80	Revoga o art. 28, da Portaria SUDEPE nº 681/1967, que proíbe artes-de-pesca fixas ou flutuantes nas zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras (pesca por grupos e espécies e disposição sobre aparelhos de pesca).	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; espécies preservadas; locais proibidos	

(contínua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria SUDEPE nº 02-N/1981.	11/02/81	13/02/81	Proíbe a pesca de cerco, de atuns e afins com embarcações de mais de 300 TAB, na zona fixada no inciso I, do Decreto nº 68.459/1971, na área do mar territorial compreendida entre os paralelos de 18º20'1'S e 29º15'S.	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; petrechos proibidos; locais proibidos	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 47-N/1987.	11/12/87	Não consta datum	Altera o art. 1º, da Portaria SUDEPE nº 32/1984 que regulamenta a pesca da anchova (<i>Pomatomus saltatrix</i>), alterando o período de pesca para 01/Mar a 31/Out somente na Região Sul.	espécies permitidas; períodos permitidos	
	Instrução Normativa Conjunta MPA/MMA nº 03/2009.	04/09/09	09/09/09	Critérios para o ordenamento da pesca do peixe-sapo (<i>Lophius gastrophysus</i>), nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul entre o paralelo de 21º00'S e limite sul da Zona Econômica Exclusiva brasileira.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 14/2012.	26/11/12	28/11/12	Estabelecer normas e procedimentos para o desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias, bem como de seus derivados, capturados nas águas jurisdicionais brasileiras e em alto-mar por embarcações nacionais e estrangeiras arrendadas no Brasil.	espécies protegidas; espécies permitidas; produto do pescado	
	Portaria SUDEPE nº 681/1967.	28/12/67	Não consta datum	Proíbe artes-de-pesca fixas ou flutuantes nas zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras (pesca por grupos e espécies e disposição sobre aparelhos de pesca).	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; espécies preservadas; locais proibidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria SUDEPE nº 274/1969.	16/07/69	Não consta datum	Suspende os artigos 1º e 13º da Portaria SUDEPE nº 681/1967 que proíbe artes-de-pesca fixas ou flutuantes nas zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras (pesca por grupos e espécies e disposição sobre aparelhos de pesca).	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; espécies preservadas; locais proibidos	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 662/1970.	Não consta Datum	Não consta datum	Pesca amadora (petrechos, locais e períodos de pesca).	pesca amadora	
	Portaria SUDEPE nº 741/1970.	23/12/70	06/01/71	Fixa o espaçamento entre os competentes das esteiras das cercadas de quaisquer tipos ou denominações.	petrechos permitidos	
	Portaria SUDEPE nº 24-N/1983.	26/07/83	01/08/83	Proíbe a captura, a industrialização e a comercialização da fêmea ovada do siri-azul (<i>Callinectes danae</i> e <i>C. sapidus</i>). Permitir, em águas territoriais brasileiras, a pesca do siri-azul (<i>Callinectes danae</i> e <i>C. sapidus</i>), com o emprego de espinhel para siri e gererê.	espécies permitidas; tamanhos permitidos; petrechos permitidos	
	Portaria SUDEPE nº 26/1983.	28/07/83	02/08/83	Proibir o exercício da pesca de alto mar (após três milhas de distância da linha praia), em todos os Estados das regiões Sudeste e Sul, com o emprego de redes de arrasto, pelo sistema de portas ou parelhas.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos	
	Portaria SUDEPE nº 19-N/1984.	30/05/84	02/06/84	Regulamenta a exploração de campos naturais de invertebrados aquáticos e respectiva industrialização.	invertebrados aquáticos; campos naturais	
	Portaria SUDEPE nº 55-N/1984.	20/12/84	26/12/84	Proíbe em todas as áreas de pesca das regiões Sudeste e Sul, a captura de camarões rosa (<i>Penaeus brasiliensis</i> e <i>P. paulensis</i>) e verdadeiro (<i>P. schmitti</i>).	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; tamanhos mínimos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria SUDEPE nº 56-N/1984.	20/12/84	26/12/84	Permite nas regiões Sudeste e Sul, a pesca de camarão sete barbas (<i>Xiphopenaeus Kroyeri</i>), com a utilização de redes do tipo arrastão de porta.	espécies permitidas; petrechos permitidos	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 51-N/1987.	23/12/87	08/12/87	Proibir o exercício da pesca, sob qualquer modalidade, até a distância de 500m (quinhentos metros) ao redor da Ilha dos Lobos, localizada em frente ao município de Torres, no Rio Grande do Sul.	áreas interditadas ou de reserva; proíbe a pesca; locais proibidos; área de exclusão	
	Portaria IBAMA nº 25-N/1993.	09/03/93	10/03/93	Proíbe no RS/SC/PR/RJ/ES a captura, o transporte e a comercialização de espécies de águas continentais.	espécies proibidas; tamanhos inferiores	
	Portaria IBAMA nº 134-N/1994.	08/12/94	09/12/94	Proíbe em SP/PR/SC a captura e comercialização de qualquer espécie de bagre.	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; locais proibidos	
	Portaria IBAMA nº 95/1997.	22/08/97	25/08/97	Estabelece limites às embarcações pesqueiras da frota de arrasto de fundo, sob qualquer modalidade, que opera na captura de peixes demersais: corvina (<i>Micropogonia furnieri</i>), castanha (<i>Umbrina canosai</i>), pescadinha real (<i>Macrodon oclodon</i>), pescada (<i>Cynoscion striatus</i>), e respectiva fauna acompanhante, nas águas sob jurisdição nacional compreendida entre os paralelos de 21º17' S (divisa do Espírito Santo e do Rio de Janeiro)130 e a fronteira do Brasil com o Uruguai (conforme estabelecido pelo Decreto nº 75.891/1975).	espécies permitidas; locais permitidos; embarcações permitidas	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria IBAMA nº 97/1997.	22/08/97	25/08/97	Estabelece limites à frota arrasteira que opera na captura de camarões-rosa (<i>Penaeus paulensis</i> , <i>P. brasiliensis</i> e <i>P. subtilis</i>) ou sete barbas (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>) e respectiva fauna acompanhante, nas águas sob jurisdição nacional compreendida entre o paralelo de 18°20' S (limite da Bahia com o do Espírito Santo) e a fronteira do Brasil com o Uruguai (conforme estabelecido pelo Decreto nº 75.891/1975).	espécies permitidas; locais permitidos; embarcações permitidas	Nacional
	Portaria IBAMA nº 115/1998.	17/08/98	18/08/98	Proibir no mar territorial brasileiro e na Zona Econômica Exclusiva brasileira, a captura, o desembarque, a conservação, o beneficiamento, o transporte, a industrialização, a comercialização e a exportação do espadarte (<i>Xiphias gladius</i>), de comprimento inferior a 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).	espécies proibidas; tamanhos mínimos; locais proibidos	
	Portaria IBAMA nº 121/1998.	24/08/98	25/08/98	Proibir o desembarque, a comercialização, a conservação, o beneficiamento e o transporte de barbatanas cujo peso seja desproporcional ao peso das carcaças desembarcadas e a utilização e/ou o transporte de redes de emalhar, de superfície e de fundo, cujo comprimento seja superior a 2,5km (dois quilômetros e meio).	espécies permitidas; produto do pescado	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa MAPA nº 17/1999.	30/12/99	31/12/99	Estabelecer para atividade pesqueira extrativa, nas águas territoriais brasileiras, exercida pela frota atuaneira arrendada que emprega o sistema de espinhel (long-line), pemiionada e com Registro no Cadastro Nacional de Embarcações Pesqueiras, os limites que foram fixados pela ICCAT para captura da espécie ALVO ESPADARTE (<i>Xiphias gladius</i>).	espécies permitidas; petrechos permitidos; embarcações permitidas	Nacional
	Instrução Normativa MAPA nº 10/2000.	10/10/00	09/10/00	Estabelece para as embarcações de pesca estrangeira arrendadas por empresas brasileiras, na zona compreendida entre os paralelos 18º 20'S e 34º 40'S, os seguintes critérios de acesso à pesca.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	
	Instrução Normativa IBAMA nº 29/2002.	31/12/02	01/01/03	Critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira.	acordos de pesca	
	Portaria IBAMA nº 81/2002.	10/07/02	11/07/02	Proíbe o emprego do puçá, independente de variação em sua forma e/ou tamanho, na captura de Balistes capriscus e B. vetula, vulgarmente conhecidos como: peroá, peroá-branco, peroá preto, peixe-porco, porquinho e cangulo, nas Regiões Sudeste e Sul.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos; espécies proibidas	
	Instrução Normativa IBAMA nº 43/2004.	23/07/04	26/07/04	Proíbe a pesca em águas continentais, com o uso dos seguintes aparelhos e métodos: redes de arrasto e de lance, redes de espera, tarrafas, covos, fisga, garatéia, espinhel, rede eletrônica, explosivos, substâncias tóxicas, aparelho de mergulho com respirador artificial na pesca subaquática, sonoro, luminoso.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa MMA nº 13/2005.	09/06/05	13/06/05	Permitir, para fins ornamentais e de aquariofilia, a captura, o transporte e a comercialização de exemplares vivos de peixes nativos de águas continentais listados.	espécies permitidas; ornamentação; aquariofilia	Nacional
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 12/2005.	14/07/05	15/07/05	Estabelecer normas e procedimentos para captura e comercialização dos agulhões brancos (Tetrapturus albidus), agulhões negros (Makaira nigricans), agulhões verdes (Tetrapturus pfluegeri) e agulhões vela (Istiophorus albicans), nas águas jurisdicionais brasileiras e alto-mar.	espécies permitidas	
	Instrução Normativa IBAMA nº 89/2006.	02/02/06	03/02/06	Permitir a exploração, a exploração, o transporte e a comercialização, inclusive a revenda, de algas marinhas do litoral brasileiro.	algas marinhas; pesca; comercialização	
	Instrução Normativa MMA nº 03/2006.	22/09/06	25/09/06	Fica revogado o § 2º do art. 2º da Instrução Normativa nº 53/2005, que estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil.	pesca amadora	
	Portaria IBAMA nº 43/2007.	24/09/07	25/09/07	Proibir, a captura, o transporte e o desembarque das espécies corvina (Micropogonia furnieri), castanha (Umbrina canosai), pescadinha-real (Macrodon ancylodon) e pescada-olhada (Cynoscion guatucupa, sin. C. striatus), por embarcações cerqueiras (traineiras) no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva - ZEE das regiões Sudeste e Sul.	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; locais proibidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa IBAMA nº 171/2008.	09/05/08	12/05/08	Normas para o exercício da pesca em áreas determinadas e, especificamente, para a captura de tainha (<i>Mugil platanus</i> e <i>M. Liza</i>), no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil.	áreas interditadas ou de reserva; pesca proibida; períodos proibidos	Nacional
	Instrução Normativa IBAMA nº 189/2008.	23/09/08	24/09/08	Proíbe a pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão rosa (<i>Farfantepenaeus paulensis</i> , <i>F. brasiliensis</i> e <i>F. subtilis</i>), camarão sete barbas (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>), camarão branco (<i>Litopenaeus schmitti</i>), santana ou vermelho (<i>Pleoticus muelleri</i>) e barba ruça (<i>Artemesia longinaris</i>). Permite a pesca de camarão branco (<i>Litopenaeus schmitti</i>), nas áreas e períodos estabelecidos nos incisos I e II do art. 1º desta Instrução Normativa, desde que não seja realizada por arrasto com tração motorizada.	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; petrechos proibidos; locais proibidos	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 21/2008.	01/12/08	02/12/08	Critérios para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do caranguejo-real (<i>Chaceon ramosae</i>) nas águas jurisdicionais brasileiras da região compreendida entre os paralelos de 19º00'S e 30º00'S.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 22/2008.	01/12/08	02/12/08	Procedimentos de ordenamento da pesca multiespecífica de arrasto de Talude Superior na Zona Econômica Exclusiva Brasileira, nas regiões Sudeste e Sul, entre 250m a 500m de profundidade.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa SEAP-PR nº 23/2008.	04/12/08	05/12/12	Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do caranguejo-vermelho (<i>Chaceon notialis</i>) nas águas jurisdicionais brasileiras da região compreendida entre os paralelos de 32°00'S e o limite sul da Zona Econômica Exclusiva.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	Nacional
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 26/2008.	19/12/08	22/12/08	Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do polvo (<i>Octopus spp.</i>), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	
	Instrução Normativa IBAMA nº 13/2009.	14/05/09	15/05/09	Altera a Instrução Normativa IBAMA nº 171/2008 que trata da pesca em áreas determinadas para a captura de tainha (<i>Mugil platanus</i> e <i>M. Liza</i>), no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil.	espécies proibidas; petrechos proibidos	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 09/2012.	13/06/12	14/06/12	Normas gerais para o exercício da pesca amadora ou esportiva em todo território nacional.	pesca amadora	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 11/2012.	05/07/12	06/07/12	Proibir, nas águas sob jurisdição nacional, o uso e o transporte de redes de emalhe de superfície oceânico de deriva, popularmente conhecido como malhão.	áreas interditadas ou de reserva; petrechos proibidos	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12/2012.	22/08/12	24/08/12	Estabelecer critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul, nos estados do ES/RJ/SP/PR/SC/RS.	petrechos permitidos; embarcações permitidas; locais permitidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 01/2013.	12/03/13	13/03/13	Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização do tubarão galha-branca (<i>Carcharhinus longimanus</i>), em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional.	espécies protegidas; espécies proibidas	Nacional
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02/2013.	13/03/13	14/03/13	Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, desembarque, armazenamento, transporte e comercialização das espécies, produtos e subprodutos de raias da família Mobulidae (conhecidas como raia-manta, raia-diabo, manta-diabo, jamanta-mirim ou diabo-do-mar) em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional.	espécies protegidas; espécies proibidas; exemplares vivos; ornamentais	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 04/2013.	16/10/13	22/10/13	Dispõe sobre critérios e padrões para a pesca de emalhe costeiro diversificado da anchova (<i>Pomatomus saltatrix</i>), corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>), pescada (<i>Cynoscion guatucupa</i>), castanha (<i>Umbrina canosai</i>) e abrótea (<i>Urophycis brasiliensis</i>) praticada no litoral das regiões Sudeste e Sul.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos	
	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 03/2013.	12/06/13	Não consta datum	Dispõe sobre critérios e padrões para a pesca de emalhe costeiro diversificado da anchova (<i>Pomatomus saltatrix</i>), corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>), pescada (<i>Cynoscion guatucupa</i>), castanha (<i>Umbrina canosai</i>) e abrótea (<i>Urophycis brasiliensis</i>) praticada no litoral das regiões Sudeste e Sul.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Portaria IBAMA nº 96/1997.	22/08/97	25/08/97	Estabelece limites às embarcações pesqueiras à frota que opera na modalidade de cerco, para captura de sardinha verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>), nas águas sob jurisdição nacional compreendida entre os paralelos de 22º00' S (cabo de São Tomé - no Rio de Janeiro) e 28º40' S (Cabo de Santa Marta - em Santa Catarina).	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	Nacional
	Instrução Normativa MMA nº 53/2005.	22/11/05	24/11/05	Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil.	espécies permitidas; tamanhos mínimos	
	Instrução Normativa IBAMA nº 02/2014.	19/02/14	Não consta datum	Regulamenta o art. 4º da Instrução Normativa Interministerial nº 14, de 26 de novembro de 2012.	espécies permitidas; embarcações permitidas; PREPS; CTF;	
	Portaria IBAMA nº 68/2003.	30/10/03	31/10/03	Proíbe a captura, desembarque, transporte, salga e comercialização da sardinha verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>), de comprimento total inferior a 17 cm (dezessete centímetros). As embarcações que operam na captura de atuns e afins pelo sistema de vara e anzol, com isca-viva, ficam obrigadas a capturar a sua própria isca.	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; tamanhos mínimos; embarcações permitidas	
	Portaria SEAP-PR nº 64/2007.	16/05/07	17/05/07	Revogar a Portaria SUDEPE nº 87/1973, que proíbe a captura nas águas territoriais brasileiras da Albacora-de-laje – <i>Thunnus albacores</i> (Bonnaterre), (Atum de nadadeiras amarelas, Yellowfin tuna, Albocora ou Rabil) com menos de 50cm de tamanho, correspondente a um peso de 3,200kg.	espécies proibidas	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Ordenamento	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 06/2013.	10/12/16	11/12/13	Autoriza a remoção a bordo e o descarte das caudas de raias.	raias; remoção; descarte; caudas	Nacional
	Instrução Normativa IBAMA nº 16/2009	22/05/09	22/05/09	Permitir a captura da sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) de comprimento total inferior a dezessete centímetros, exclusivamente às embarcações permissionadas para a captura de atuns e afins pelo sistema de vara e anzol com isca-viva, para uso próprio, unicamente como isca-viva, na área compreendida entre os paralelos 22°00' Sul (Cabo de São Tomé, no Rio de Janeiro) e 28°36' Sul (Cabo de Santa Marta, em Santa Catarina).	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos	
Período Defeso	Instrução Normativa IBAMA nº 21/2009.	07/07/09	07/07/09	Proíbe a pesca do camarão-rosa (<i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> e <i>F. paulensis</i>) e do camarão branco (<i>Litopenaeus schmitti</i>), anualmente, no período de 15 de julho a 15 de novembro, com qualquer modalidade e petrecho, na área do complexo lagunar sul do estado de SC, compreendendo as lagoas do Camacho, Garopaba do Sul, Imaruí, Mirim, Santa Marta, Santo Antônio, outras lagoas marginais e tributários.	áreas interditadas ou de reserva; espécies proibidas; período defeso; petrechos proibidos; locais proibidos	Estadual
	Portaria IBAMA nº 32-N/1998.	30/03/98	Não consta datum	Permitir a pesca de camarão-rosa (<i>Penaeus paulensis</i> e <i>P. brasiliensis</i>) no período de 1° de outubro a 30 de abril, com emprego de rede de saco com atração luminosa (aviãozinho e coca com liquinho, nas lagoas Santo Antônio, Imaruí e Mirim no Estado de Santa Catarina), aos pescadores profissionais devidamente habilitados com permissão do ponto de pesca.	áreas de exclusão; espécie permitida; período permitido; petrechos permitidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Período Defeso	Portaria IBAMA nº 01/1994.	05/12/94	05/01/95	Proíbe a captura e comercialização de qualquer espécie de bagres e da família aridae que ocorrem na zona litorânea na época da desova, em Santa Catarina.	período-defeso; espécie proibidas	Estadual
	Portaria IBAMA nº 70/2003.	30/10/03	31/10/03	Proíbe anualmente, no período de 1º de novembro a 31 de janeiro, a pesca de camarão branco (<i>Litopenaeus schimitti</i>) e camarão rosa (<i>Farfantepenaeus paulensis</i>) no interior da Baía da Babitonga, em Santa Catarina.	espécies proibidas; período defeso	
	Instrução Normativa IBAMA nº 104/2006.	04/07/06	06/07/06	Estabelece, o período de defeso do camarão-rosa (<i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> e <i>paulensis</i>) e do camarão-branco (<i>Litopenaeus schimitti</i>) na região do Complexo Lagunar em Santa Catarina.	espécies proibidas; períodos proibidos; locais proibidos	
	Portaria SUDEPE nº 28-N/1980.	03/12/80	Não consta datum	Altera o período de defeso da sardinha-verdadeira, para 20/Dez a 20/Jan.	espécies proibidas; período defeso	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 20/1978.	31/10/78	07/11/78	Altera o período de defeso da sardinha-verdadeira, definido na Portaria SUDEPE nº 15/1977, para 15/Dez a 23/Jan, impossibilitando alterações até 1979.	espécies proibidas; período defeso	
	Portaria SUDEPE nº 42-N/1984.	18/10/84	23/10/84	Proíbe anualmente, no período de 1º de janeiro a 31 de março, a captura de rosado (<i>Genidens genidens</i> , <i>Netuma barba</i> ou <i>Tachysurus barbatus</i> , <i>Tpsulonophorus</i> e <i>T agassisi</i>) nas águas que banham os Estados do RS/SC/PR e SP.	espécies proibidas; período defeso; locais proibidos	
	Portaria SUDEPE nº 29-N/1979.	23/11/79	Não consta datum	Estabelece o defeso da sardinha-verdadeira, especificamente para esta temporada, para o período compreendido entre 1º e 31 de janeiro de 1980.	espécies proibidas; período defeso	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Período Defeso	Portaria SUDEPE nº 01-N/1981.	05/02/81	Não consta datum	Regulamenta o uso de tarrafa nos períodos de piracema nos rios, lagos, lagoas e represas.	piracema; petrechos permitidos	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 97-N/1985.	11/10/85	Não consta datum	Define o defeso da piracema no Rio Grande do Sul, SC, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, entre 1º de novembro de 1985 a 31 de janeiro de 1986, regulamenta os petrechos e cria áreas de exclusão.	piracema; petrechos permitidos; locais permitidos	
	Portaria IBAMA nº 93-N/1994.	09/09/94	12/09/94	Competência aos Superintendentes Estaduais do IBAMA para baixarem portarias normativas de restrição à pesca para o defeso da piracema.	piracema	
	Portaria SUDEPE nº 70-N/1985.	12/02/85	Não consta datum	Define período de defeso para as seguintes espécies e localidades: sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) dezembro e fevereiro no SE/S.	espécies proibidas; período defeso; locais proibidos; embarcações permitidas	
	Portaria SUDEPE nº 27-N/1988.	09/11/88	Não consta datum	Define o defeso dos camarões rosa (<i>Penaeus paulensis</i> e <i>P.brasiliensis</i>), verdadeiro (<i>P.schmitti</i>), santana (<i>Pleoticus muelleri</i>), sete barbas (<i>Xiphopenaeus Kroyeri</i>) e barba ruça (<i>Artemesia longinaris</i>) e do lagostim (<i>Metanephrops rubellus</i>) entre 01/Mar e 30/Abr/1989 nas águas jurisdicionais brasileiras compreendidas entre SE/BA e Chuí/RS.	espécies proibidas; período defeso	
	Portaria SUDEPE nº 13-N/1988.	21/06/88	24/06/88	Alterar o artigo 2º, da Portaria nº 24-N/1983, que proíbe a captura, a industrialização e a comercialização da fêmea ovada do sirí-azul (<i>Callinectes danae</i> e <i>C. sapidus</i>).	espécies permitidas	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Período Defeso	Instrução Normativa MMA nº 07/2003.	20/11/03	21/11/03	Proíbe a pesca da sardinha verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) na área compreendida entre os paralelos 22°00' Sul (Cabo de São Tomé no Rio de Janeiro) e 28°36' Sul (Cabo de Santa Marta, em Santa Catarina), durante os picos de reprodução e de recrutamento da espécie nos períodos de defeso.	espécies proibidas; período defeso; locais proibidos	Nacional
	Portaria IBAMA nº 52/2003.	30/09/03	02/10/03	Proíbe anualmente, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização o armazenamento e a comercialização da espécie <i>Ucides cordatus</i> , conhecido popularmente por caranguejo, caranguejo-uçá, caranguejo-do-mangue, caranguejo-verdadeiro ou catanhão, ocorrente no ES/RJ/SP/PR/SC.	espécies proibidas; período defeso	
	Instrução Normativa MMA nº 44/2005.	18/10/05	19/10/05	Fixa o período de defeso da piracema para as bacias hidrográficas e demais coleções de água em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, proibindo a pesca no período compreendido entre 1º de novembro de 2005 a 31 de janeiro de 2006.	piracema	
	Instrução Normativa IBAMA nº 193/2008.	02/10/08	03/10/08	Normas de pesca para o período de defeso na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Uruguai, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.	piracema	
	Instrução Normativa IBAMA nº 197/2008.	02/10/08	03/10/08	Normas de pesca para o período de defeso nas áreas de abrangência das bacias hidrográficas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	piracema	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Período Defeso	Instrução Normativa IBAMA nº 15/2009.	21/05/09	22/05/09	Limita o esforço de pesca para a captura de sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) e respectiva fauna acompanhante, pela modalidade de cerco, na área compreendida entre os paralelos 22º 00'S (Cabo de São Tomé, no Rio de Janeiro) e 28º 36'S (Cabo de Santa Marta, em Santa Catarina), às embarcações devidamente permissionadas e inscritas no RGP.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	Nacional
	Portaria MMA nº 458/2001.	13/11/01	16/11/01	Proibir o exercício da pesca de sardinha verdadeira (<i>sardinella brasiliensis</i>) na área compreendida entre Cabo de São Tomé, no Rio de Janeiro e Cabo Santa Marta, em Santa Catarina, no período de 01/12 à 28/02 de 2002.	período-defeso; espécie proibidas	
Permissionamento	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02/2009.	27/11/09	30/11/09	Critérios para operação de embarcações de pesca na captura da anchova (<i>Pomatomus saltatrix</i>), no litoral Sul do país.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidos; embarcações permitidas	Nacional
	Instrução Normativa MMA nº 04/2005.	24/03/05	28/03/05	Estabelece permissão de captura de recursos pesqueiros com fins científicos durante os períodos de defeso.	peixes e invertebrados aquáticos; período defeso; pesca científica	
	Portaria SUDEPE nº 03/1978.	08/05/78	Não consta datum	Limita a frota de arrasto direcionada à pesca do camarão rosa (<i>P. brasiliensis</i> , <i>P. subtilis</i> , <i>P. notialis</i> , <i>P. duorarum</i> , <i>P. aztecus</i>), na região Norte à 250 embarcações, e à 60 em outra área específica, possibilitando ainda o arrendamento de embarcações estrangeiras.	espécies permitidas; petrechos permitidos; locais permitidas	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Permissionamento	Portaria SUDEPE nº 25-G/1981.	26/05/81	Não consta datum	Obriga exibição das provas contribuição sindical para barcos acima de 20 AB para renovação de licença.	licenças; pesca industrial; contribuição sindical	Nacional
	Instrução Normativa MPA nº 07/2011.	07/06/11	08/06/11	Critérios para a concessão das Autorizações de Pesca Complementar para captura da tainha (<i>Mugil platanus</i> e <i>M. Liza</i>), com o emprego da modalidade de rede de cerco, nos limites estabelecidos pela Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 8, de 2 de junho de 2011.	autorizações complementar de pesca; espécies permitidas; períodos permitidos	
	Instrução Normativa MAPA nº 09/2000.	28/09/00	Não consta datum	Alterar o artigo 1º, da Instrução Normativa nº 17/1999, que estabelece para a atividade pesqueira extrativa, na plataforma continental e zona econômica exclusiva brasileira, exercida pela frota atuneira arrendada que emprega o sistema de espinhel (long-line), permissionada e com registro no Cadastro Nacional de Embarcações Pesqueiras, os limites que foram fixados pela Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico - ICCAT para a captura da espécie-alvo ESPADARTE (<i>Xiphias gladius</i>).	limita a frota; espécies permitidas; petrechos permitidos; arrendamento; ICATT	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 15/2008.	08/04/08	09/04/08	Critérios para controlar o cumprimento dos limites de captura estabelecidos para os recursos pesqueiros demersais de profundidade, a serem observados pelas frotas pesqueiras permissionadas, instituindo o Sistema de Registro de Captura Controlada de Recursos Demersais de Profundidade - SRCD.	sistema; permissionamento; embarcações	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Permissionamento	Instrução Normativa MPA nº 09/2011.	04/08/11	05/08/11	Permitida a renovação das Autorizações de Pesca das embarcações pesqueira inscritas no RGPortariano prazo de até 12 (doze) meses depois do vencimento especificado no respectivo Certificado de Registro.	autorizações de pesca; renovação; certificado de registro; RGP	Nacional
	Instrução Normativa MPA nº 06/2014.	16/04/14	17/04/14	Estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha (<i>Mugil platanus</i> e <i>M. liza</i>), com auxílio da rede de cerco, nas regiões Sudeste e Sul do País, na temporada de pesca do ano de 2014.	autorizações complementar de pesca; espécies permitidas; períodos permitidos	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 25/2007.	26/11/07	29/11/07	Obrigatoriedade de recadastramento com fins de atualização de inscrição junto ao RGP, da frota pesqueira permissionada para a pesca de arrasto de camarão rosa, no litoral Sudeste/Sul.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 10/2006.	07/03/06	08/03/06	Definir, em caráter excepcional e na forma do disposto nesta Instrução Normativa, novos critérios e procedimentos para concessão de permissão de pesca a embarcações pesqueiras que visem à captura de pargo, <i>Lutjanus purpureus</i> , de que tratam a Instrução Normativa MMA nº. 004, de 11 de março de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa SEAP/PR n.º 001, de 28 de fevereiro de 2005, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Permissionamento	Instrução Normativa SEAP-PR nº 18/2007.	27/07/07	30/07/07	Critérios para a concessão de Permissão de Pesca, bem como a respectiva efetivação ou alteração de registro de embarcação pesqueira para operar na captura de camarão sete barbas, <i>Xiphopenaeus kroyeri</i> , e respectiva fauna acompanhante, com o emprego de rede de arrasto.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	Nacional
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 28/2007.	29/11/07	30/11/07	Retifica os artigos 1º, 4º e 10º da Instrução Normativa SEAP/PR nº. 025/2007 que dispõe sobre o cadastramento obrigatório da frota permissionada para a pesca de arrasto de camarão rosa, no litoral Sudeste/Sul visando atualizar RGP, sob pena de cancelamento automático da permissão e RGP, a partir de 16 de dezembro de 2007.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 31/2007.	26/11/07	29/11/07	Prorroga até 29 de fevereiro de 2008 o prazo da Consulta Pública referente ao modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras nacionais, de que trata a Portaria SEAP/PR Nº 255/2007.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria SEAP-PR nº 255/2007.	22/10/07	23/10/07	Consulta Pública para críticas e sugestões relativas à proposta de modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras nacionais, a ser adotado pela SEAP/PR.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria SEAP-PR-SUDAP nº 20/2007.	10/08/07	13/08/07	Documentos aceitos como comprovação de que a embarcação operou na captura de camarão sete barbas (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>).	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Permissionamento	Instrução Normativa SEAP-PR nº 10/2008.	29/02/08	03/03/08	Estende até 14 de abril de 2008 o prazo da Consulta Pública referente ao modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras nacionais, de que trata a Portaria SEAP/PR Nº. 255, de 2007.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	Nacional
	Portaria SEAP-PR nº 09/2008.	17/03/08	18/03/08	Autorizar a concessão de Permissão Provisória de Pesca para embarcações devidamente permissionadas para a pesca de arrasto de camarão-rosa, no litoral Sudeste/Sul.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria SEAP-PR-SUDAP nº 18/2008.	04/11/08	05/11/08	Suspende as permissões de pesca das embarcações em razão da não adesão ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS.	permissões de pesca; PREPS; não adesão	
	Portaria SEAP-PR-SUDAP nº 09/2009.	10/03/09	11/03/09	Autoriza a concessão de Permissão Provisória de Pesca para embarcações devidamente permissionadas para a pesca de arrasto de camarão-rosa, no litoral Sudeste/Sul.	permissões provisória de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria SEAP-PR-SUDAP nº 17/2009.	14/05/09	15/05/09	Autoriza a concessão de Permissão Provisória de Pesca, para atuar na captura da tainha (<i>Mugil platanus</i> e <i>M. Liza</i>), pelo método de cerco, no litoral Sudeste/Sul.	permissões provisória de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 03/2010.	20/01/10	21/01/10	Permite a concessão de Autorização Provisória de Pesca para embarcações devidamente autorizadas para a captura da sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) e respectiva fauna acompanhante, pela modalidade de cerco.	autorizações provisória de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Permissionamento	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 07/2010.	20/05/10	21/05/10	Critérios para a pesca de tainha (<i>Mugil platanus</i> e <i>M. liza</i>), para embarcações devidamente autorizadas para pesca da sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) na modalidade de cerco.	autorizações complementar de pesca; espécies permitidas; períodos permitidos	Nacional
	Instrução Normativa MPA-SEPOP nº 02/2010.	21/01/10	22/01/10	Critérios para a concessão de Autorização Provisória de Pesca para embarcações devidamente autorizadas à captura da sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) e respectiva fauna acompanhante, pela modalidade de cerco, na região Sudeste e Sul do país.	autorizações provisória de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria MPA-SEMOC nº 48/2010.	29/07/10	30/07/10	Autoriza a comprovação da inscrição no recadastramento obrigatório da frota sardineira para emissão de Autorização de Pesca para o cerco de sardinha-verdadeira para embarcações.	autorizações provisória de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria MPA-SEMOC nº 49/2010.	17/08/10	18/08/10	Autoriza comprovação da inscrição no recadastramento obrigatório da frota sardineira para emissão de Autorização de Pesca para o cerco de sardinha-verdadeira para as embarcações.	autorizações de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	
	Portaria MPA-SEPOP nº 01/2010.	07/07/10	08/07/10	As embarcações de pesca devidamente autorizadas à captura da sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) e respectiva fauna acompanhante, pela modalidade de cerco, na região Sudeste e Sul poderão solicitar Autorização Provisória de Pesca para atuar na captura da anchova (<i>Pomatomus saltatrix</i>) e respectiva fauna acompanhante, no litoral Sul.	autorizações provisória de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Permissionamento	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10/2011.	10/06/11	13/06/11	Normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas.	sistema; permissionamento; embarcações	Nacional
	Instrução Normativa MPA nº 03/2011.	17/02/11	18/02/11	Critérios para a concessão de Autorização de Pesca e efetivação do registro de embarcação pesqueira para operar na captura de camarão sete barbas, (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>), no litoral sudeste/sul.	permissões de pesca; espécies permitidas; petrechos permitidos; embarcações permitidas; caráter experimental	
	Instrução Normativa MPA nº 08/2011.	20/06/11	21/06/11	Critérios para concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de anchova (<i>Pomatomus saltatrix</i>) na região sul do país, como Espécie Alternativa, para embarcações devidamente permissionadas para captura de sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>) com o emprego da modalidade de rede de cerco.	autorizações complementar de pesca; espécies permitidas; períodos permitidos	
	Instrução Normativa MPA nº 04/2012.	23/03/12	24/05/12	Estabelecer critérios e procedimentos para a substituição de embarcação autorizada para a captura de Tainha (<i>Mugil platanus</i> e <i>M. liza</i>).	autorizações de embarcações	
Resíduos	Portaria SUDEPE nº 203/1970.	03/04/70	Não consta datum	Proíbe o lançamento em águas interiores e no mar territorial brasileiro, de resíduos de pescado resultantes de sua escamação, evisceração e decapitação.	poluição; resíduos de pescado	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 170/1972.	20/04/72	Não consta datum	Proibir o lançamento de detritos poluidores, particularmente da "borra cinzenta", oriundo das salinas, nas lagoas litorâneas.	poluição; detritos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Resíduos	Portaria MMA nº 31/2007.	23/02/07	Não consta datum	Institui o Grupo de Monitoramento Permanente para o acompanhamento da Resolução CONAMA nº 362/2005, que dispõe sobre o recolhimento, a coleta e a destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.	GTT, óleo; contaminação; monitoramento	Nacional
RGP	Portaria SUDEPE nº 122/1969.	10/04/69	Não consta datum	Aprova os modelos para requerimento de registro: autorização de pescador profissional, licença de pescador amador, associações de armadores de pesca, cadastro geral de embarcações de pesca e RGP.	modelos; registro	Nacional
	Portaria SUDEPE nº 26-N/1979.	05/09/79	Não consta datum	Define como pescadores profissionais àqueles que exercem atividade de captura ou extração de animais ou vegetais que têm na água seu ambiente de vida normal ou mais frequente, ou àqueles que utilizam barcos menores que 2 AB, obrigando-os a inscreverem-se no RGP.	embarcações pesqueiras artesanais; registro	
	Instrução Normativa MAPA nº 14/1999.	29/10/99	23/11/99	Concessão de registro de Pescador Profissional, pelo MAPA e suas Delegacias Federais da Agricultura conforme esta norma.	registro; pescador	
	Instrução Normativa MPA nº 03/2013.	29/04/13	30/04/13	Altera o art. 9º, da Instrução Normativa SEAP/PR nº 02/2009, que trata da substituição de embarcação permissionada com a consequente transferência da Autorização de Pesca para uma nova embarcação, só será permitida caso a embarcação a ser permissionada não resulte no aumento do esforço de pesca e da capacidade de estocagem do pescado.	RGP	
	Instrução Normativa MPA nº 19/2013.	19/11/13	20/11/13	Critérios para a concessão de Licença para a venda de exemplares vivos de raias nativas de água continental, Família Potamotrygonidae, para fins de ornamentação e de aquarofilia.	licenças para venda; raias; exemplares vivos	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
RGP	Portaria SUDEPE nº 21-N/1984.	30/05/84	04/06/84	Normas para a permissão de pesca a embarcações pesqueiras e de inscrição delas no RGP da SUDEPE.	embarcações pesqueiras; registro	Nacional
	Portaria IBAMA nº 1.581/1989.	21/12/89	Não consta datum	Estabelece normas para o registro de empresas de pesca nas categorias de Indústria Pesqueira e Empresa de Comércio de Animais Aquáticos Vivos.	indústrias pesqueiras; registro	
	Portaria IBAMA nº 16-N/1991.	29/05/91	Não consta datum	Modelo da Carteira de Registro de Pescador Profissional, a ser utilizada como comprovante e registro no IBAMA.	modelos; registro; carteira; IBAMA	
	Portaria IBAMA nº 39/2003.	12/08/03	25/08/03	Aprova o formulário Licença para Pesca Amadora - LPA.	licença; pesca amadora	
	Portaria MPA nº 268/2012.	01/08/12	02/08/12	Modelo de licença de pescador profissional emitida pelo MPA.	licenças; pescador	
	Instrução Normativa MPA nº 05/2014.	26/03/14	27/03/14	Obrigatoriedade de ter a bordo das embarcações pesqueiras as Autorização de Pesca.	embarcações pesqueiras; obrigatoriedade; autorizações	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 23/2006.	28/11/06	29/11/06	Determinar que, para as Carteiras de Pescador Profissional, emitidas na condição de Registro Inicial, deverá ser considerada como data de 1º Registro do interessado aquela referente à data de expedição da referida Carteira, contida no espaço indicado no formulário da carteira como "local e data".	registro inicial; pescador	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 06/2005.	04/05/05	06/05/05	Critérios para o cadastramento de pescador profissional inscritos no RGP.	registro; pescador; cadastramento	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 03/2004.	12/05/04	Não consta datum	Dispõe sobre operacionalização do Registro Geral da Pesca da SEAP/PR-PR.	registro; operacionalização	
	Portaria SEAP-PR nº 20/2005.	06/06/05	07/06/05	Procedimentos para efetivação do cadastramento de pescador profissional inscrito no RGP.	registro; pescador; revalidação	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
RGP	Instrução Normativa SEAP-PR nº 14/2006.	31/03/06	03/04/06	Estabelecer, na forma do disposto nesta Instrução Normativa, critérios e procedimentos para a revalidação e renovação da Carteira de Pescador Profissional emitida no âmbito desta Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP/PR.	registro; pescador; revalidação	Nacional
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 17/2008.	30/04/08	06/05/08	Critérios para regularização de pescadores portadores de Carteira de Pescador Profissional emitida pela SEAP/PR que apresente alguma incorreção, até a emissão da nova Carteira.	registro; pescador; incorreção	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 18/2008.	18/06/08	23/06/08	Procedimentos para a aplicação de medidas administrativas no âmbito do Registro Geral da Pesca.	registro; medidas; administrativa	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 19/2008.	07/10/08	08/10/08	Critérios para requerer a sua reinscrição junto a SEAP/PR dos Pescadores Profissionais portadores de Carteira de Registro de Pescador Profissional.	registro; pescador; reinscrições	
	Instrução Normativa SEAP-PR nº 25/2008.	19/12/08	22/12/08	Os requerimentos de inscrição no RGP, na categoria de Pescador Profissional, de renovação ou revalidação de Carteira de Pescador Profissional, bem como os requerimentos de prorrogação de Protocolos, somente serão recebidos pela SEAP/PR quando acompanhados de todos os documentos exigidos pela Instrução Normativa SEAP/PR nº 06/2005.	registro; pescador; inscrições	
	Instrução Normativa MPA nº 06/2010.	16/04/10	19/04/10	Normas para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP nas categorias de Pescador Profissional e de Aprendiz de Pesca do MPA.	registro; pescador; inscrições; pescador aprendiz	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
RGP	Instrução Normativa MPA nº 11/2010.	29/07/10	30/07/10	Altera a Instrução Normativa nº 06/2010, que estabelecem normas e procedimentos para inscrição de pessoas físicas no RGP nas categorias de Pescador Profissional e de Aprendiz de Pesca do MPA.	registro; pescador; inscrições; pescador aprendiz	Nacional
	Instrução Normativa MPA nº 01/2011.	19/01/11	20/01/11	Critérios para concessão de Licença para a venda de exemplares vivos de raias nativas de água continental, Família Potamotrygonidae, para fins de ornamentação e de aquarofilia.	licença	
	Instrução Normativa MPA nº 12/2011.	28/12/11	29/12/11	Altera a Instrução Normativa nº 02/2011, onde trata da recepção de pedido de inscrição no RGP de emissão de Licença Inicial para Pescadores Profissionais na Pesca Artesanal.	registro; pescador; inscrições; licenças	
	Instrução Normativa MPA nº 05/2012.	13/06/12	15/06/12	Normas para a inscrição de pessoas físicas, jurídicas e embarcações de esporte e recreio, no RGP, nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e Embarcações utilizadas na pesca amadora do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.	registro; pesca amadora; inscrições	
	Instrução Normativa MPA nº 06/2012.	29/06/12	03/07/12	Normas para a inscrição de pessoas físicas no RGP as categorias de Pescador Profissional Artesanal e de Pescador Profissional Industrial.	registro; pescador; inscrições	
	Instrução Normativa MPA nº 13/2012.	21/12/12	28/12/12	Critérios para atualização de dados/substituição das Licenças de Pescador Profissional do RGP.	licenças; pescador; atualização	

(continua)

Tabela 10 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
RGP	Portaria MPA-SEMOC nº 47/2014.	03/06/14	07/07/14	Aprova o modelo do Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na Categoria de Pescador Profissional Artesanal, de que trata o art. 9º, inciso I, alínea "a", da Instrução Normativa MPA nº 06/2012.	modelos; registro; relatório; artesanal	Nacional
Sanidade	Portaria SUDEPE nº 323/1967.	04/08/67	Não consta datum	Desaconselha a importação de pescado na qualidade de peixe fresco, salgado ou congelado para consumo humano.	peixe fresco; peixe salgado; peixe congelado; comercialização; qualidade; importação	Nacional
	Instrução Normativa MAPA nº 39/1999.	04/11/99	Não consta datum	Suspende, temporariamente, a entrada no Território Nacional de todas as espécies de crustáceos, quer de água doce ou salgada, em qualquer etapa do seu ciclo biológico, inclusive seus produtos frescos e congelados, assim como os cozidos, quando inteiros com suas carapaças ou partes delas, de qualquer procedência.	espécies proibidas; produtos frescos; produtos congelados; produtos cozidos; carapaças	
	Portaria MAPA nº 406/2010.	10/08/10	12/08/10	Submeter à consulta pública o projeto de REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE CONSERVAS DE SARDINHAS.	sardinha verdadeira; conservas; comercialização; qualidade	
	Instrução Normativa MAPA nº 22/2011.	11/07/11	12/07/11	Regulamento Técnico que fixa a identidade e as características mínimas de qualidade que deve apresentar o produto conservas de sardinhas para a sua comercialização.	sardinha verdadeira; conservas; comercialização; qualidade	

(continua)

Tabela 10 (conclusão)

Categoria	Ato Normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U	Ementa	Assunto	Abrangência
Seguro-defeso	Portaria MPS nº 333/2010.	29/06/10	30/06/10	Salário mínimo e o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS.	seguro-defeso; previdência social	Nacional
	Instrução Normativa MTE nº 01/2011.	27/12/11	04/01/12	Dispõe sobre os procedimentos operacionais referente ao benefício seguro desemprego do pescador profissional artesanal durante o período de defeso, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.	seguro-defeso; procedimentos	